CENÁRIOS PARA 2020

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O ANO de 2019 encerra-se melhor do que o esperado para a economia brasileira. Até poucos meses atrás, não se imaginava que o crescimento econômico chegaria próximo de 1% neste ano, com perspectivas relativamente sombrias para o ano que vem. A realidade dos fatos mostrou, no entanto, um quadro bem mais favorável do que o esperado.

De fato, verificou-se uma sensível melhora no ambiente econômico nos últimos meses do ano. A retomada da produção e das vendas em vários setores foi palpável, o que trouxe uma melhora de ânimo para os consumidores e o empresariado. No bojo disso, as perspectivas para o ano que vem do lado da produção e do emprego também melhoraram.

Vários elementos contribuíram para que esse fenômeno ocorresse no final de 2019. De um lado, a política econômica implementada pelo Governo se mostrou responsável no âmbito de melhorar os fundamentos macroeconômicos do País. A reforma da previdência, levada a cabo ao longo do ano, foi uma peça-chave nesse processo. Embora os seus efeitos não sejam imediatos, a sua aprovação em 2019 representou um importante passo para o equilíbrio fiscal no médio e no longo prazos.

A economia proporcionada pela reforma ao longo dos próximos dez anos representou um avanço em termos fiscais, sinalizando uma clara melhoria desse fundamento econômico. Obviamente, a reforma da previdência, por si só, é insuficiente para equacionar o problema fiscal que grassa nas três esferas de governo, mas ela representou um importante avanço ante a irresponsabilidade praticada nesse campo, particularmente na esfera federal, até 2015.

Do lado da política monetária, o foco continuou situado no controle da inflação e na sua compatibilidade com as metas estabelecidas. Nesse sentido, as ações do Banco Central do Brasil (BCB) nesse campo foram consideravelmente simples, uma vez que o ambiente de atividade econômica relativamente fraca que prevaleceu ao longo de 2019 contribuiu para manter a inflação sob controle. Isso permitiu que o BCB mantivesse a sequência de cortes da taxa básica de juros – Selic – ao longo do ano.

Sob essa perspectiva, o atual patamar da taxa de juros brasileira, caso seja mantido por mais tempo, impõe um novo desafio à indústria de renda fixa brasileira, uma vez que investidores acostumados a auferir ganhos a partir de elevadas taxas de juros não terão mais esse benefício, e esse setor, caso queira sobreviver, será forçado a se reinventar.

Outro fator positivo para a economia brasileira ao longo dos últimos meses reside na retomada do consumo das famílias. Nesse sentido, no final de 2015, o volume de endividamento das famílias encontrava-se relativamente elevado, o que contribuiu para a estagnação do consumo e a queda da demanda agregada. Nos anos seguintes, esse quadro manteve-se inalterado, o que contribuiu significativamente para a recessão verificada no período. Mesmo as reduções nas taxas de juros ao longo dos últimos trimestres se mostraram insuficientes para promover um maior estímulo do lado do consumo. Ao que tudo indica, o processo de ajuste do grau de endividamento relativo das famílias mostra-se mais equacionado, o que tem permitido um maior retorno delas ao mercado consumidor.

O quadro de melhoria da economia brasileira foi delineado ao longo de 2019 a despeito das turbulências políticas verificadas no período. De fato, mesmo com as incertezas nesse campo, o Governo foi capaz de levar adiante a reforma previdenciária. Infelizmente, ao que tudo indica, a reforma tributária e a reforma administrativa terão maior dificuldade de ser levadas adiante. Isso decorre do fato de que 2020 é um ano eleitoral, sendo relativamente curto do ponto de vista parlamentar.

De qualquer forma, as perspectivas para 2020 são positivas, e tudo indica que o crescimento econômico brasileiro se situará acima dos 2%. As expectativas são de que esse quadro seja mantido nos próximos anos, sinalizando uma melhoria do crescimento da produção e da renda na próxima década. ■